

Resenha Bibliográfica 2

Arnaldo Mazzei Nogueira

Professor da FEA-USP e da FEA-PUC-SP

ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw, McILROY, John,
RAMALHO, José Ricardo & RODRIGUES, Iram Jácome.
*Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva
na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo,
1997.

O livro “*Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*”, publicado pela Editora Boitempo na coleção Mundo do Trabalho, coordenada pelo professor Ricardo Antunes do IFCH-Unicamp, é mais uma boa referência no debate atual sobre os rumos do trabalho e do sindicalismo. Os cinco ensaios enriquecem a bibliografia internacional e nacional sobre o mundo do trabalho, pois cumprem, com maestria, o objetivo de empreender um balanço da reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.

É certo que uma análise comparativa entre os dois países deva considerar que historicamente são singularidades muito diferentes entre si. Enquanto a Inglaterra representa o caso clássico e originário do modo de produção capitalista, o Brasil o desenvolve por uma via retardatária e subordinada. Todavia, curiosamente, no final do século XX, no que tange às questões do trabalho (não sei se os autores estariam de acordo comigo), os dois países parecem estar mais próximos, talvez como um dos efeitos do fenômeno da globalização sob hegemonia neoliberal.

Observando os aspectos abordados por Beynon (*As práticas do trabalho em mutação*), sobre a desindustrialização e as mudanças no emprego, a ascensão do trabalhador “hifenizado” (*part-time-workers, temporary-workers, casual-workers ou self-employed-worker*), a privatização e o arrocho no setor público e, por último, a insegurança geral e o estresse no mundo dos assalariados ingleses, vamos concluir que essas novas práticas são muito conhecidas e vivenciadas aqui no Brasil, ainda que consideremos as diferenças de tempo e de espaço e de ritmo e dinâmica das mudanças estruturais e superestruturais entre os dois países.

O mesmo se pode dizer sobre o ensaio de McIlroy (*O inverno do sindicalismo*), que no geral trata das mudanças e da crise dos sindicatos na Inglaterra antes e depois do *thatcherismo*. O projeto iniciado pelo Partido Conservador de um estado antioletivista, favorável à desregulamentação e flexibilização dos mercados, encontra continuidade no período Blair, e ainda que este se apresente com uma face mais humanista e social, uma coisa é certa: os sindicatos nunca mais terão a força política que tiveram em outros tempos.

Em resumo, podemos afirmar que, para os pesquisadores ingleses, enquanto as mutações nas práticas do trabalho resultaram em maior insegurança e estresse para os trabalhadores, no contexto da globalização a reação se tornou bastante difícil, porque, no essencial, os sindicatos, como o principal instrumento de intervenção política e defesa econômica e social dos trabalhadores, perderam muito do seu poder.

Brindar-nos antes com os ensaios sobre a Inglaterra no processo de transição do **thatcherismo ao neotrabalhismo** de Blair foi uma boa escolha, porque os traços de continuidade do caso inglês, guardadas as devidas proporções, assemelham-se aos da transição democrática brasileira, especialmente de Collor a FHC, pelo menos no que tange aos problemas objetivos e subjetivos do mundo do trabalho. Basta ler os ensaios dos colegas brasileiros que analisam a precarização do trabalho, a crise dos sindicatos, a ausência de alternativas, o desemprego, e também a insegurança e o estresse dos assalariados em geral para corroborar a curiosa semelhança apontada.

O ensaio de Antunes (*Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*), após analisar o processo recente de reestruturação capitalista em geral como uma **globalidade desigualmente combinada**, mostra que na singularidade do capitalismo brasileiro a situação do trabalho é, no mínimo, contraditória, devido à confluência, em um mesmo momento histórico, entre um pólo de força de trabalho qualificada nos setores dinâmicos da economia brasileira e outro pólo de sub-remuneração intensificada e plena precarização do trabalho. Argumenta que as positivities das origens do novo sindicalismo - combatividade, confrontação, capacidade de mobilização e luta - estão sendo abandonadas, no contexto da reestruturação, e se caminha no sentido de um sindicalismo de conciliação com o capital, cujo caso exemplar está na trajetória da Força Sindical, mas também em segmentos do sindicalismo da CUT. Essa situação amplifica os desafios dos sindicatos ante os problemas do mundo do trabalho. Em suma, a questão central apontada por Antunes passa pela ausência da discussão, no plano dos sindicatos, de alternativas econômicas e políticas à ordem capitalista.

Ramalho apresenta em seu ensaio (*Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil*) um quadro da precariedade do trabalho, oriunda principalmente dos processos de terceirização. Destaca os fenômenos da subcontratação e do trabalho em domicílio, nos quais a participação das mulheres é significativa como formas de organização onde a representação sindical torna-se bastante difícil, intensificando, em contrapartida, o controle do capital e da gerência sobre o trabalho. O caso analisado da indústria eletro-eletrônica do Rio de Janeiro traz, segundo o autor, claras indicações dessas práticas, que alteram as relações de trabalho e desafia a ação sindical.

Mesmo considerando o ascenso do movimento sindical brasileiro nos anos 80, e as experiências das câmaras setoriais nos anos 90, estas como indicativas do aumento do poder de barganha dos sindicatos dos pólos modernos da economia, a avaliação do conjunto do mundo do trabalho aponta para grandes dificuldades organizatórias no futuro. A dispersão e a fragmentação, bem como a flexibilização e a desregulamentação do trabalho representam suas causas principais, o que pode dividir os trabalhadores em dois mundos e comprometer a cidadania duramente conquistada.

Os impasses do movimento sindical diante da precariedade e de formas alternativas de organização do trabalho, mencionadas para o caso brasileiro, estão também colocadas para os sindicatos dos países altamente industrializados, conforme análise que o autor realiza da bibliografia internacional, ao final do artigo.

O último ensaio, de autoria de Jácome Rodrigues (*Sindicalismo, Emprego e Relações de Trabalho na Indústria Automobilística*), apresenta um retrato interessante, pois capta o cotidiano e o senso comum das lideranças e dos trabalhadores do berço do novo sindicalismo. Apesar de todas as dificuldades da reestruturação para o mundo do trabalho, segundo o autor há um pouco de felicidade a ser comemorada. Os trabalhadores metalúrgicos do ABC, pela via da negociação, têm tido conquistas importantes e positivas, a saber: aumento de salários, participação nos lucros e resultados (PLR), negociação das demissões, participação nas discussões sobre as novas formas de gestão e produção, entre outras novidades. E há nesse contexto específico uma certa capacidade de defesa e de mobilização do sindicato, articulado com as comissões de fábrica.

É evidente que essa positividade não pode esconder o fenômeno da desindustrialização, da terciarização, do desemprego e da insegurança do trabalho no ABC paulista. Mas, apesar dos problemas, representa um caso muito diferenciado dos demais trabalhadores, o que pode acarretar, no futuro, problemas

para a organização sindical no seu conjunto, em particular para a CUT. A polêmica entre a prática sindical negociadora e contratualista e a prática sindical de oposição que atinge outros setores privados e públicos do trabalho pode se acentuar.

Em conclusão, podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que o livro resenhado apresenta um painel extremamente rico das questões do trabalho e do sindicalismo na Inglaterra e no Brasil, cabendo ainda uma última observação: tanto lá como cá, o capitalismo globalizado está longe de oferecer qualquer alternativa para diminuir a precariedade e a insegurança do mundo do trabalho.